



PATRIMONIALIDADE E RECONHECIMENTO: CARTAS PRIVADAS E DE INTERESSE PÚBLICO*

CRISTIÉLE SANTOS DE SOUZA¹; CARLA RODRIGUES GASTAUD²

¹Universidade Federal de Pelotas – cristiele.hst@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – crgastaud@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta os resultados de parte da pesquisa de tese intitulada “*Cacos para um vitral*”: os estatutos de reconhecimento nos processos de salvaguarda de acervos epistolares, a qual vem sendo desenvolvida com o propósito de compreender os diferentes contextos de reconhecimento em que os acervos epistolares são objeto de salvaguarda. A relação entre os conceitos de “patrimonialidade” (POULOT, 2009) e de “reconhecimento” (RICOEUR, 2006) configura uma das chaves de leitura para entender, entre outros elementos, os motivos pelos quais cartas familiares de ordem privada passam a ser objeto de interesse público, a ponto de serem reconhecidas como patrimônio.

Assim, partindo das noções de patrimonialidade e de reconhecimento, este estudo apresenta uma leitura das cartas da prisão de Luiz Carlos Prestes, publicadas em três volumes entre os anos de 2000 e 2002. Nessa leitura, as circunstâncias de sua produção, circulação e publicização são consideradas como partes do seu percurso de reconhecimento e como indícios das condições de sua preservação.

O conceito de patrimonialidade, apresentado por Dominique Poulot em sua obra *Uma História do Patrimônio no Ocidente*, expõe as bases para um entendimento amplo da noção de patrimônio; sobretudo, dos elementos simbólicos e valorativos que revestem objetos, lugares e conhecimentos que recebem essa denominação. Para Poulot (2009, p. 28), patrimonialidade é uma forma de “designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autentificá-lo”. Nessa perspectiva, a patrimonialidade está mais relacionada às experiências que indivíduos e coletividades vivenciam no tempo do que a uma exigência institucional de salvaguarda. Todavia, Poulot ressalta que, para além da experiência, são necessárias formas de organização do saber, por meio das quais é possível reconhecer, identificar ou atribuir valor.

A prática da correspondência, que, por muito tempo, foi a principal forma de comunicação à distância, legou conjuntos diversos de documentos, como cartas, bilhetes, telegramas e cartões-postais a indivíduos e a instituições. Com o tempo, a leitura de alguns desses documentos passou a ser promovida como uma forma de acesso ao modo de viver e de pensar dos seus remetentes e destinatários, o que atraiu o interesse público para as correspondências. Nesse contexto, tanto a sua publicação quanto a exposição de cartas em instituições de salvaguarda e em plataformas digitais inseriram a escrita epistolar na arena pública da memória.

A trajetória de preservação de conjuntos epistolares, todavia, começa antes mesmo de sua publicização, de modo que é preciso buscar nas relações mais fundamentais de reconhecimento as bases para compreender a sua patrimonialidade futura. Sendo assim, o percurso do reconhecimento, proposto por

* Pesquisa realizada com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Mestrado e Doutorado – PIB/UFPel



Paul Ricoeur (2006), amplia as possibilidades de compreensão dos processos de salvaguarda de acervos epistolares, para além de um gesto de autopreservação. Esse percurso – que parte da concepção de reconhecimento como uma noção epistemológica relacionada à identificação, passa pela capacidade antropológica do reconhecimento de si, até, finalmente, chegar ao reconhecimento como uma noção política – permite que os processos de salvaguarda sejam pensados desde as primeiras escolhas de preservação até a sua inserção nas políticas públicas e/ou institucionais de memória.

2. METODOLOGIA

Os dados e as reflexões apresentados neste resumo integram a pesquisa de tese já mencionada, a qual tem, por princípio teórico-metodológico, o “paradigma indiciário”, modelo epistemológico desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989), baseado na análise minuciosa e residual, voltada para o episódio e para as singularidades. Sendo assim, as condições de escrita, circulação e publicização das cartas trocadas entre Prestes e a sua família durante o período em que ele esteve preso são lidas como indícios das relações de reconhecimento que, em diferentes momentos, garantiram a sua salvaguarda e/ou a sua patrimonialidade.

Essa etapa da pesquisa foi restrita ao estudo de fontes bibliográficas e documentais. Ela foi organizada em três momentos distintos e complementares:^{1º}- Leitura das cartas escritas e recebidas por Luiz Carlos Prestes durante os nove anos em que esteve preso. Nessa leitura, foram observados pontos previamente delimitados, como correspondentes, lugares de circulação, marcas da censura, menções à preservação das cartas, temáticas recorrentes, entre outros. ^{2º}- Estudo dos textos que acompanharam a publicação das cartas e da repercussão dessa publicação na mídia brasileira. ^{3º}- Estudo das obras de cunho biográfico e autobiográfico de Prestes e de sua família.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O encarceramento é uma daquelas situações que mudam por completo a relação que os seres humanos estabelecem com o tempo e com as coisas do mundo exterior. A leitura das cartas escritas e recebidas por Luiz Carlos Prestes durante os nove anos de prisão (1936-1945) – em uma situação de isolamento, quebrada apenas pelas poucas visitas feitas pelo advogado e por uma ou outra pessoa autorizada – permite um olhar sobre o lugar que essa prática de escrita ocupa em situações de encarceramento e na biografia do correspondente. Essa leitura também possibilita pensar na privação de liberdade como um fato que atravessa a correspondência familiar e que impõe limitações à sua produção e à sua circulação, as quais incidem de forma direta ou indireta nas condições e nas possibilidades de sua preservação.

As correspondências escritas e recebidas por Prestes durante o período em que esteve preso compõem um conjunto de 1.219 cartas, das quais 900 foram organizadas e publicadas, e 319 foram, recentemente, objeto de disputa judicial e ainda não estão disponíveis ao público. Entre as correspondências publicadas, estão as cartas e os bilhetes que foram retidos ou copiados pela censura e que passaram a integrar o Fundo das Polícias Políticas, hoje preservado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e nominado pelo Programa Memória do Mundo, da UNESCO. Também fazem parte da publicação correspondências



preservadas pela família que foram doadas para a Universidade Federal de São Carlos.

A trajetória percorrida por essas correspondências até a sua publicação pode ser conhecida pelos indícios observáveis nas próprias cartas e nos três textos que apresentam a coletânea: um deles, escrito pela historiadora Jessie Jane Vieira de Souza, então diretora do APERJ, responsável pela edição da obra; outro, escrito pelo jurista João Luiz Duboc Pinaud, que, na época da publicação, era Secretário de Justiça e Direitos Humanos; e o último texto, escrito por Anita Leocádia Prestes, filha de Prestes, e por sua tia, Lygia Prestes, responsáveis pela organização das cartas publicadas. De outro modo, essa trajetória também pode ser conhecida pela observação das citações feitas às mesmas cartas, tanto nas últimas biografias de Prestes publicadas quanto nas entrevistas concedidas pelas organizadoras à imprensa, naquele período.

Tanto no texto da diretora do APERJ como no texto do Secretário de Justiça e Direitos Humanos, a publicação das cartas de Prestes é apresentada como um gesto que procura valorizar o patrimônio documental e fortalecer a luta pelos direitos humanos no Brasil. Nas palavras do Secretário, “a publicação das cartas particulares dará acesso a informações até então desconhecidas, transformando-as em textos públicos e, consequentemente, em documentos políticos” (PINAUDI, 2000, p. 14). Trata-se, portanto, do reconhecimento do valor documental e político dessas cartas familiares escritas em condições excepcionais. Já para Lygia e Anita Leocádia Prestes, a publicação das cartas da prisão apresenta-se como uma oportunidade de reconhecer a importância dessa correspondência para a memória da família e para a compreensão, por parte do público, de um Luiz Carlos Prestes “humano que sofre e se angustia, que se rebela contra seus algozes, mas vê-se obrigado a cultivar um certo estoicismo como forma de sobreviver” (PRESTES; PRESTES, 2000, p. 15).

A leitura dessas cartas – que são organizadas cronologicamente e acompanhadas por notas explicativas – demonstra que, para a família de Prestes, a regularidade da correspondência era um modo de assegurar que ele estava vivo e em condições de se comunicar. As cartas permitiram a Prestes tomar conhecimento da situação da família, da prisão de sua companheira, do nascimento da filha e da morte da mãe. Essas correspondências foram o elo possível entre ele e o mundo fora da prisão, de modo que, ao preservá-las, a família preservou a memória dos anos de encarceramento de Prestes.

Essas correspondências representam uma pequena fração do extenso epistolário de Prestes e foram preservadas, em parte, pela exigência institucional que envolvia as condições de sua produção e, em outra parte, pela vontade de seus correspondentes e herdeiros. A passagem do tempo e as mudanças sociais e políticas que o acompanham impõem novas escolhas relativas ao destino de documentos como esses: foi assim que uma parcela dessa correspondência ficou desaparecida por décadas e que outra parcela foi incorporada ao fundo das Polícias Políticas no Arquivo Público. Do mesmo modo, a família optou por manter consigo uma parte dessas cartas e por doar as restantes para diferentes instituições de salvaguarda. Essas escolhas indicam gestos de reconhecimento, que podem ou não fazer dessas cartas objetos detentores de patrimonialidade.

4. CONCLUSÕES

A trajetória de preservação das cartas da prisão de Luiz Carlos Prestes traz uma miríade de questões que envolvem relações de reconhecimento em diferentes



instâncias, a começar pela imagem pública do correspondente e pelo modo como essa imagem se construiu em torno das suas ações como líder revolucionário e da exposição pública de suas ideias; exposição essa que ocorreu, muitas vezes, por meio da publicização de suas cartas, as quais reforçavam a ideia de que Prestes era tão temido por suas ações quanto pela difusão de suas ideias.

A reunião, a organização e a publicação das cartas da prisão, por iniciativa de Anita e de Lygia Prestes, em parceria com o APERJ, expuseram não apenas a intimidade da família – que, por nove anos, manteve-se como família exclusivamente por meio dessas cartas – mas também as restrições e as dificuldades enfrentadas pelos correspondentes para estabelecer e para manter uma comunicação regular sob o jugo de um Estado repressor. Dessa forma, essa publicação e, consequentemente, a sua preservação são também um reconhecimento de seu valor documental e testemunhal. Do mesmo modo, há o reconhecimento de seu valor como instrumento discursivo, na luta contra a violação aos direitos humanos, como demonstram os textos da historiadora Jessie Jane Vieira de Souza e do jurista João Luiz Duboc Pinaud.

As primeiras leituras apontam para a hipótese de que o reconhecimento, em suas diferentes formas, não confere, necessariamente, patrimonialidade aos acervos epistolares, pois a preservação de alguns desses acervos ocorre como exigência institucional, decorrente do reconhecimento do seu valor como documento histórico, sem, contudo, essa preservação representar uma experiência sensível com o passado. De outro modo, é difícil pensar a patrimonialidade sem que haja uma relação de reconhecimento, seja no âmbito da família e de suas memórias, seja no âmbito do Estado e de suas demandas sociopolíticas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In. GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RICOEUR, Paul. **Percurso do Reconhecimento**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PINAUD, João Luiz Duboc. Palavras Prévias. In. PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos**: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. p. 13-14.

PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos**: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

PRESTES, Anita Leocádia; PRESTES, Lygia. Apresentação. In. PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos**: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. p. 15-21.